



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0000569-59.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **LUIZ MARCIO POIANI JUNIOR, CPF 355.969.368-39 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **MARCELY SORDI ME, CNPJ 12.099.090/0001-07 - Desacompanhado de Advogado**

Aos 11 de outubro de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, desacompanhados de advogados. Presentes também a testemunha do autor, Sr. André e as do réu, Srs. Anderson, Gabriel e Marcos. A seguir, as partes se compuseram nos seguintes termos: **“O réu obriga-se ao pagamento R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) em uma única parcela a ser realizada até o dia 01 de novembro p.f. O pagamento será realizado através de depósito bancário em nome do autor junto ao Banco do Brasil S/A, agência nº 6509-9, conta corrente nº 123.776-4, CPF 355.969.368-39. O comprovante do depósito servirá como recibo. Em caso do não pagamento da referida parcela acordam na incidência de multa de 10% sobre o valor supra mencionado. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. ” “Homologo o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III “b” do C.P.C. Aguarde-se o decurso do prazo para os pagamentos convencionados. O autor fica intimado a, até 30 dias após o vencimento da referida parcela, informar eventual descumprimento. No silêncio, este juízo presumirá o adimplemento e o processo será extinto com fulcro no art. 924, II do CPC, independentemente de nova intimação. Publicada nesta audiência, registre-se”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.**

Requerente:

Requerido:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA